III - examinar, a qualquer época, os livros e documentos que se f zerm necessários ao exercício de sua função;

IV - opinar sobre assuntos de natureza econômico, f nanceira e contábil que lhes sejam submetidos pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria Executiva;

V - manter livros próprios, para a lavratura das atas de suas reuniões, dos pareceres emitidos e de outros documentos que entenda conveniente produzir;

VI - comunicar ao Conselho Deliberativo fatos relevantes que apurar no exercício de suas atribuições;

VII - outras atribuições previstas na legislação.

Art. 60. Compete ainda ao Conselho Fiscal propor a elaboração de relatórios pela FUNPRESP/PA e apreciá-los em reuniões periódicas, manifestando-se por meio de parecer circunstanciado, contendo as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e à execução orçamentária, com base nos estudos realizados pelas áreas técnicas da Fundação.

Art. 61. O Conselho Fiscal será composto por 4 (quatro) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 2 (dois) titulares e respectivos suplentes indicados pelo Patrocinador, representando todos os Patrocinadores, e 2 (dois) titulares e respectivos suplentes escolhidos por meio de eleição direta entre os Participantes e os Assistidos.

§ 1º Os dois membros do Conselho Fiscal representantes do patrocinador serão indicados um pelo Governador do Estado e o outro por ato conjunto do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará e serão nomeados por ato do Governador do Estado do Pará.

§ 2º O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 4 (quatro) anos, com garantia de estabilidade, permitida uma recondução.

§ 3º O Presidente do Conselho Fiscal será eleito pelos membros do Conselho devidamente constituído, devendo a escolha recair sobre um dos membros indicados pelos participantes e assistidos.

§ 4º Em caso de empate na escolha para Presidente do Conselho Fiscal, assumirá o cargo o membro representante dos Participantes e Assistidos mais idoso.

§ 5º O Presidente do Conselho Fiscal terá, no exercício de suas atribuições, além do seu, o voto de qualidade no caso de empate.

Art. 62. Os 2 (dois) membros do Conselho Fiscal, e seus respectivos suplentes, representantes dos Participantes e Assistidos serão escolhidos por meio de eleição direta entre seus pares, da seguinte forma:

I - 1 (um) membro e seu suplente serão Participantes eleitos pelo voto direto e secreto dos Participantes;

II - 1 (um) membro e seu suplente serão Assistidos, eleitos pelo voto direto e secreto dos Assistidos, observado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Não havendo Assistidos, as vagas referidas no inciso II deste artigo serão preenchidas pelos Participantes.

Art. 63. O Conselho Fiscal deverá renovar 2 (dois) de seus membros a cada 2 (dois) anos, ressalvado o disposto no art. 81 deste Estatuto.

Parágrafo único. Para implementar a renovação parcial periódica dos membros do Conselho Fiscal, na primeira investidura, após aquela prevista no art. 81 deste Estatuto, o mandato de 1 (um) membro indicado pelo Patrocinador e de 1 (um) membro eleito pelos Participantes e Assistidos será de 2 (dois) anos.

Art. 64. Aplica-se aos membros do Conselho Fiscal o disposto nos arts. 31, § 10, 34, incisos I, III e IV, 35, 36 e 37 deste Estatuto.

Subseção II

Das Reuniões e Quórum para Deliberação

Art. 65. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que necessário por motivo de urgência ou relevância da matéria.

§ 1º Para instalação das reuniões é necessária, em primeira convocação, a presença da maioria absoluta dos membros do Conselho e, em segunda convocação, que deverá ocorrer 1 (uma) hora após a primeira, com metade de seus membros.

§ 2º As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples dentre os presentes.

§ 3º As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal, pela maioria absoluta de seus membros ou pelo Diretor-Presidente da FUNPRESP/PA com, no mínimo, 1 (um) dia de antecedência.

§ 4º A convocação extraordinária deverá ser comunicada aos Conselheiros com informação expressa das razões de urgência que a motivaram.

CAPÍTULO VIII

DOS RECURSOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Art. 66. Das decisões da Diretoria Executiva da Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Estado do Pará (FUNPRESP/PA) cabe recurso ao Conselho Deliberativo.

§ 1º O recurso poderá ser interposto no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência da decisão recorrida.

§ 2º O recurso será recebido apenas no efeito devolutivo, salvo se o Presidente do Conselho Deliberativo der-lhe também efeito suspensivo, hipótese em que devem estar presentes os pressupostos de urgência e relevância da matéria, ou de risco irreparável e iminente para os legítimos interesses da parte que se julgar prejudicada.

Art. 67. Dos atos dos prepostos ou empregados da FUNPRESP/PA cabe recurso à Diretoria Executiva, conforme prazos e ritos estabelecidos no Regimento Interno da fundação.

CAPÍTULO IX

DAS ALTERAÇÕES DO ESTATUTO

Art. 68. O processo de reforma do Estatuto será proposto pelo Conselho Deliberativo, ou pela Diretoria Executiva, ou pelo Patrocinador.

§ 1º A aprovação de alteração do Estatuto deverá ser precedida de manifestação positiva do Patrocinador Estado do Pará, por intermédio da Secretaria de Estado de Administração.

§ 2º A alteração ao Estatuto deverá ser aprovada em decreto do Governador do Estado.

§ 3º A vigência das reformas ou alterações introduzidas iniciar-se-á na data da publicação do despacho autorizativo da autoridade competente no Diário Oficial do Estado do Pará.

Art. 69. As alterações deste Estatuto não poderão contrariar os objetivos da FUNPRESP/PA, salvo expressa e inequívoca determinação legal.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 70. Cabe ao Conselho Deliberativo decidir, por maioria absoluta, sobre a extinção voluntária da Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Estado do Pará (FUNPRESP/PA), encaminhando a questão junto ao Poder Executivo, para que este providencie, junto ao Poder Legislativo, lei autorizativa da extinção.

Art. 71. As eleições para os membros representantes dos Participantes e dos Assistidos nos Conselhos Deliberativo e Fiscal serão determinadas por edital, a ser publicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de início das eleições, sendo divulgadas através dos instrumentos que se f zerm necessários para garantir a publicidade e a transparência do processo eleitoral.

§ 1º Os candidatos concorrentes às eleições deverão ser registrados na FUNPRESP/PA até 30 (trinta) dias antes do início da consulta.

§ 2º Será instituída uma Comissão Eleitoral, formada por 2 (dois) membros indicados pela Diretoria Executiva e 1 (um) pelos Participantes e Assistidos, vedada a participação de conselheiros e dirigentes da FUNPRESP/PA para tratar da organização e realização das eleições.

§ 3º O Diretor-Presidente indicará o Presidente da Comissão Eleitoral, que determinará os encargos dos demais membros da Comissão.

§ 4º A Comissão Eleitoral regulamentará todo o processo e designará uma Comissão de Apuração, e seu respectivo Presidente, a ser instalada na sede da FUNPRESP/PA e cada candidato poderá credenciar junto a Comissão Eleitoral 2 (dois) f scais para acompanhar o processo.

§ 5º Não havendo candidatos aos cargos designados aos Assistidos, poderão a ele se candidatar Participantes.

§ 6º A FUNPRESP/PA contará com o apoio material e institucional do Patrocinador Estado do Pará necessários à realização de suas eleições, conforme estabelecido em edital.

§ 7º O período para a realização das eleições será de 2 (dois) dias úteis consecutivos, def nidos em edital.

§ 8º A apuração dos votos se dará na mesma sede em que se deu a eleição e será acompanhada por representantes dos Participantes e dos Assistidos credenciados pelo Presidente da respectiva Comissão de Apuração.

§ 9º O resultado das eleições será levado ao conhecimento dos Participantes, dos Assistidos e do Patrocinador através dos meios de divulgação que melhor convenham à realidade da FUNPRESP/PA.

Art. 72. O Conselho Deliberativo aprovará a instituição de código de ética e conduta, que conterà, dentre outras, regras de conf dencialidade, relativa a dados e informações a que seus

membros tenham acesso no exercício de suas funções, para prevenir conf ito de interesses e para proibir operações dos dirigentes com partes relacionadas e terá ampla divulgação, especialmente entre os Participantes e Assistidos.

Art. 73. A FUNPRESP/PA assegurará aos membros da Diretoria, por meio de seu departamento jurídico ou de profissional contratado ou, ainda, mediante a contratação de seguro de responsabilidades, a defesa técnica em processos judiciais e administrativos propostos durante ou após os respectivos mandatos, por atos relacionados com o regular exercício de suas funções.

Art. 74. O regime jurídico de pessoal da FUNPRESP/PA será o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Art. 75. A FUNPRESP/PA observará os princípios norteadores da administração pública, em especial os da eficiência e da economicidade, bem como adotará mecanismos de gestão operacional que maximizem a utilização de recursos.

§ 1º As despesas administrativas terão sua fonte de custeio def nida no regulamento do plano de benefícios previdenciários complementares, observado o disposto no "caput" do art. 7º da Lei Complementar Federal nº 108, de 29 de maio de 2001, e o orçamento anual da FUNPRESP/PA.

§ 2º O montante de recursos destinados à cobertura das despesas administrativas será revisado ao f nal de cada ano para o atendimento do disposto no "caput" deste artigo.

Art. 76. A FUNPRESP/PA será mantida integralmente por suas receitas, oriundas das contribuições dos Participantes, Assistidos e Patrocinadores, dos resultados f nanceiros de suas aplicações e de doações e legados de qualquer natureza.

§ 1º A contribuição normal do Patrocinador para o plano de benefícios previdenciários complementares, em hipótese alguma, excederá a contribuição individual dos participantes.

§ 2º Cada órgão ou Poder do Patrocinador será responsável pelo recolhimento de suas contribuições e pelo repasse à FUNPRESP/PA das contribuições descontadas dos seus Participantes, observado o disposto na Lei Complementar nº 101, de 28 de dezembro de 2016, neste Estatuto e no respectivo regulamento do plano de benefícios previdenciários complementares.

CAPÍTULO XI

Do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 77. Os membros dos órgãos da estrutura organizacional prevista neste Estatuto não serão responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da FUNPRESP/PA em virtude de ato regular de gestão e f scalização, respondendo, porém, civil, penal e administrativamente, por violação da Lei, deste Estatuto, dos Regulamentos dos Planos de Benefícios e de outros atos normativos.

Art. 78. Havendo fato determinante ou denúncia fundamentada de prejuízos causados à FUNPRESP/PA e/ou aos Patrocinadores, Participantes e aos Assistidos, será apurada mediante processo administrativo disciplinar instaurado pelo Conselho Deliberativo e processado por comissão por ele especialmente designada.

Art. 79. A instauração de processo administrativo disciplinar ou de processo judicial para apuração de irregularidades no âmbito de atuação dos Conselhos Deliberativo e Fiscal poderá determinar o afastamento do Conselheiro até a sua conclusão, sendo este substituído pelo seu suplente.

§ 1º A decisão de instauração de processo administrativo disciplinar ou de processo judicial, e a de suspensão temporária do exercício de mandato caberá ao Conselho Deliberativo, por maioria de votos dos seus membros, excluído o do investigado.

§ 2º O afastamento de que trata o "caput" deste artigo não implica prorrogação ou permanência no cargo além da data inicialmente prevista para o término do mandato.

Art. 80. O Conselho Deliberativo baixará norma geral estabelecendo o procedimento a ser adotado no processo para apuração de responsabilidade, a qual deverá ser aprovada por dois terços de seus membros.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Ar. 81. O Governador do Estado designará os membros que deverão compor provisoriamente o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Estado do Pará (FUNPRESP/PA).

Parágrafo único O mandato dos conselheiros de que trata o "caput" deste artigo será de até 24 (vinte e quatro) meses, durante os quais será realizada eleição direta para que os Participantes e Assistidos elejam os seus representantes.